

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

A ATUALIDADE DA CONTRIBUIÇÃO DE LEO WAIBEL AO ESTUDO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Sérgio Schneider

Boletim Gaúcho de Geografia, 28, n.1: 25-41, jan., 2002.

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/39932/26261>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos
UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - jan, 2002

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

A ATUALIDADE DA CONTRIBUIÇÃO DE LEO WAIBEL AO ESTUDO DA AGRICULTURA FAMILIAR

*Sergio Schneider*¹
PGDR/UFRGS

Introdução

Por iniciativa da seção regional do Rio Grande do Sul da Associação dos Geógrafos do Brasil, capitaneada pelos professores Álvaro Heidrich e Roberto Verdum, ambos da UFRGS, foi-me dirigido o convite para participar de uma homenagem póstuma ao geógrafo alemão Leo Waibel. Esta iniciativa foi acolhida pelo Memorial do Rio Grande do Sul, em dezembro de 2001, que abriu suas portas para uma noite de deferência, discussão e re-interpretações sobre a obra e o legado deste eminente pesquisador, que passou pelo Brasil na década de 1940.

Indubitavelmente, foi um evento de notável valia especialmente pelo vigor e pelo estímulo trazidos com a presença do geógrafo Orlando Valverde, um dos principais discípulos de Waibel e divulgador de sua obra no Brasil e no exterior. Seu testemunho sobre a "época e a obra de Waibel" foi fundamental para enriquecer o encontro, fazendo com que pudéssemos estabelecer uma fértil interlocução entre o contexto da década de 1940, especialmente os anos do pós-Guerra, com os recém-findos anos da década de 1990. Cabe também registrar, nesta apresentação de contexto, que o Seminário em homenagem a Leo Waibel

¹ Sociólogo, Mestre e Doutor em Sociologia. Professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS. Endereço: UFRGS/IEPE/PGDR, Av. João Pessoa, 31 - Cep: 90.040-000, Fone: 3316-4115, Fax: 3316-3281 - Porto Alegre/RS. E-mail: schneide@vortex.ufrgs.br. O autor conta com o apoio do CNPq e da FAPERGS no financiamento às suas atividades de pesquisa.

contou com a presença da professora Virgínia Etges (UNISC), profunda conhecedora de sua obra e de sua contribuição à geografia agrária.

Como outros colegas já justificaram a importância e o significado da obra de Waibel para a geografia agrária, neste breve artigo vou tentar acrescentar outras três justificativas, fora do escopo das fronteiras desta disciplina, que acredito possam ajudar ao leitor a entender por que uma homenagem póstuma a este autor é merecida e justificada.

A primeira razão é um tanto prosaica e está assentada em uma convicção pessoal de que no Brasil é preciso incrementar a prática do reconhecimento público a autores que mereçam destaque pela relevância de sua obra ou pelo pioneirismo de suas idéias. O resgate de autores e obras ocorre muito raramente na tradição das ciências sociais brasileiras. Nas universidades, geralmente ensina-se muito sobre os clássicos e referenciais de cada disciplina, mas, raramente, comenta-se a contribuição de autores brasileiros para a afirmação e consolidação do pensamento social em nosso País. Este esquecimento contribui para aumentar a subserviência que temos em relação à produção acadêmica não-nacional e até um certo desprezo para com o esforço daqueles que dedicaram seu trabalho e sua vida à pesquisa e à produção do conhecimento.

A segunda razão é que, de fato, pelo menos no campo disciplinar da sociologia e, particularmente, da sociologia rural, Leo Waibel é um autor pouco conhecido e pouco divulgado no Brasil. São raros os estudiosos da agricultura e das sociedades agrárias que referenciam sua contribuição. Como estudioso e pesquisador do desenvolvimento agrário e das formas sociais de produção, estou convencido de que alguns conceitos de Waibel ainda são importantes ferramentas explicativas para analisar as transformações da economia agrícola e da sociedade rural do sul do Brasil, especialmente quando se pretende estudar as formações sociais derivadas de processos de imigração e assentamento de colonos de origem européia.

Finalmente, a última razão pela qual acredito ser pertinente retomar a obra de Waibel está na percepção de que os estudiosos brasileiros que abordam o "mundo rural" sempre tiveram um olhar acentuadamente disciplinar sobre este tema. É notório que sociólogos, economistas, agrônomos e geógrafos pouco dialoguem sobre seus temas e objetos de pesquisa. Com o revigoramento dos estudos sobre o rural, ocorrido na década de 1990, alguns temas passaram a impor aos estudiosos destas disciplinas o reconhecimento de que as teorias e os conceitos disciplinares com os quais lidavam eram insuficientes para captar sua complexidade e heterogeneidade. Entre estes temas pode-se destacar a problemática ambiental, que deixou de ser alvo das preocupações da biologia e da ecologia e adentrou o terreno de disciplinas como a sociologia, a agronomia e a geografia, além de outras. A contribuição de Waibel, como se verá a seguir, pa-

rece inferir como é possível estabelecer uma interlocução entre a geografia, a história, a agronomia e a sociologia, o que faz de sua obra um exemplo de como o diálogo entre disciplinas, não só seja possível, como uma contingência para aqueles que queiram refletir sobre temas e objetos e que não se deixam aprisionar por um enfoque monolítico.

Leo Waibel e as análises sobre o desenvolvimento agrário

Ao invés de tentar situar a obra de Leo Waibel em relação às vertentes do conhecimento acadêmico de sua época, o que seria próprio de um esforço biográfico, meu objetivo nesta seção será demonstrar por que, no âmbito das ciências sociais, a contribuição de Waibel alcançou um reconhecimento restrito no Brasil.

Entre os estudiosos dos temas rurais e agrários, é largamente aceita a idéia de que, a partir da década de 1950, quando as ciências sociais, particularmente a sociologia, passam a assumir contornos mais definidos no cenário acadêmico brasileiro, as abordagens analíticas e teóricas situavam-se basicamente em torno da contribuição dos marxistas e suas clivagens e, em menor proporção, dos aportes de inspiração funcionalista. Os estudiosos de matiz marxista podem ser separados em vários grupos e orientações teórico-conceituais, conforme se pode visualizar na periodização destes estudos que se apresenta a seguir. Já os estudos de orientação funcionalista podem ser separados em dois grupos em que, de um lado, encontram-se os trabalhos da "escola da USP", liderados por Maria Isaura Pereira de Queiroz, cuja vertente analítico-interpretativa deriva da contribuição do sociólogo francês Henry Mendras e do antropólogo americano Robert Redfield. Esta corrente tornou-se conhecida pelos "estudos de comunidade" e do modo de vida tradicional das populações rurais brasileiras. De outro lado, a partir de meados da década de 1960, começam a surgir os primeiros programas de pós-graduação inspirados na perspectiva funcionalista da "rural sociology" norte-americana, de forte conotação empírica e behaviorista.

Por razões que não cabem aqui ser discutidas, os estudos de inspiração marxista passaram a ocupar maior espaço, ganharam proeminência e tornaram-se uma influência decisiva entre os cientistas sociais brasileiros que estudavam os temas agrários e rurais. Há várias revisões temáticas que mostram que, de meados dos anos cinquenta até o final da década de 1960, os estudiosos marxistas concentravam suas análises sobre a natureza das relações de produção no campo, reproduzindo, em grande parte, os argumentos clássicos do debate que no marxismo passou a ser a "questão agrária". Embora seguido-

res de diferentes enfoques teóricos, autores como Caio Prado Jr. e Alberto Passos Guimarães, consideravam que os pequenos proprietários, os arrendatários, os parceiros e outras categorias sociais poderiam todos ser abarcados pela noção de campesinato. Os camponeses eram identificados com os diferentes tipos de minifúndios, uma categoria que expressava a oposição aos latifúndios e que podia ser encontrada na estrutura agrária brasileira. Portanto, antes de ser uma categoria analítica, a noção de campesinato estava fortemente impregnada de um conteúdo político e ideológico. As características que os camponeses assumiam em cada situação social, bem como sua explicação teórica, variavam desde a idéia de que eram “resquícios feudais” até a proposição de serem formas de “assalariamento disfarçado”. Tanto em um caso como no outro, restava apenas saber qual seria seu papel em uma sociedade com as feições do capitalismo brasileiro.

Na década de 1970, houve um deslocamento nesse debate e os proprietários de pequenos lotes de terra deixaram de ser identificados como “minifundiários” para tornarem-se “pequenos produtores”, denominação essa que foi ressaltada à medida que crescia a capacidade do Estado, naqueles anos, de propor e executar políticas para estas categorias, então também chamadas de “produtores de baixa renda”. Esse redirecionamento deveu-se às tentativas do Estado de fazer frente à proliferação de movimentos políticos identificados com o campesinato e, ao mesmo tempo, à emergência de uma ideologia que pregava a modernização tecnológica desses estratos sociais, integrando-os ao processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. A utilização do termo “pequena produção” contribuiu, portanto, para criar uma outra conotação, menos politizada e estigmatizada do que a de campesinato.

Já na década de 1980, em face do rápido processo de transformação tecnológica da agricultura brasileira, acrescentaram-se ao conceito de “pequena produção” as noções de “integração” e “exclusão” (SCHNEIDER, 1999b). Integrados seriam aqueles produtores que conquistaram elos de ligação com as agroindústrias e os mercados consumidores. Pequenos produtores excluídos, por sua vez, eram aqueles que haviam sido aliados do processo de modernização conservadora como os sem-terra, posseiros, atingidos por barragens, etc. Do ponto de vista teórico, essas novas categorias acabaram reforçando a matriz teórica marxista que explicava esses processos a partir da idéia de que o capitalismo expandia-se para o campo de modo indireto, subordinando os pequenos produtores à sua lógica econômica e provocando um intenso processo de diferenciação social. Nesse sentido, os complexos agroindustriais representariam o processo de integração e subordinação da agricultura à indústria.

A partir desta breve revisão sobre a trajetória dos principais estudos sobre o desenvolvimento agrário brasileiro, percebe-se que o enfoque teórico desta

literatura estava centrado nos aspectos econômicos, sociais e políticos que envolviam os agricultores. O interesse pelo estudo dos temas relacionados aos processos produtivos, às relações de trabalho e ao progresso técnico, entre outros, acabavam quase sempre sendo tributários da problemática mais geral do processo de subordinação das categorias sociais ao desenvolvimento e/ou penetração do capitalismo na agricultura.

Em face de este arcabouço teórico ter sido hegemônico ao longo de várias décadas, era previsível que perspectivas analíticas como a de Waibel encontrassem dificuldades de divulgação e mesmo de diálogo com esta literatura. Obviamente, não se trata de cobrar aos autores de uma determinada época as razões pelas quais optaram por certa matriz analítica para interpretar seus objetos de estudo. Ao contrário, trata-se apenas de entender por que a obra de Waibel, com sua perspectiva interpretativa sobre o processo de desenvolvimento agrário do Brasil, permaneceu largamente desconhecida do público das ciências sociais.

Neste sentido, dois aspectos podem ser particularmente relevantes para se compreender a posição da obra de Waibel em relação à literatura corrente do período pós-1950, época em que surge no Brasil uma maior preocupação com a pesquisa acadêmica na área das ciências sociais. O primeiro aspecto a ser lembrado é que Waibel era geógrafo e, não obstante seu reconhecimento no cenário intelectual alemão antes do início da II guerra, quando chegou ao Brasil como assessor técnico do Conselho Nacional de Geografia, vindo dos EUA, jamais ocupou uma posição de destaque no cenário acadêmico brasileiro. O segundo aspecto parece estar no fato de que a perspectiva analítica perseguida por Waibel estava *fora do contexto* de uma época, pois, ao privilegiar o enfoque sobre o meio ambiente e a influência do uso de determinadas técnicas de cultivo, acabou por ser marginalizado do debate intelectual, que claramente privilegiava as abordagens econômicas e estruturais cujo objetivo maior era a compreensão do processo de subordinação da agricultura à dinâmica capitalista.

O legado de Waibel ao estudo da agricultura familiar no Sul do Brasil

Embora Waibel não tenha sido um autor que influenciou a geração dos estudiosos que buscaram interpretar o desenvolvimento agrário brasileiro no período do pós-II Guerra Mundial, seu aporte analítico sobre o processo de ocupação fundiária, particularmente aquele derivado dos processos de imigração e colonização européia no Sul do Brasil, ainda hoje representa uma possibilidade interessante de análise das transformações sociais e produtivas da agricultura familiar que se originou deste processo.

Conforme mencionado, se a obra de Waibel diferencia-se dos estudos acadêmicos sobre o desenvolvimento agrário, também guarda distância e rejeita a visão encantada e destituída de fundamentação científica que narra a história dos processos de colonização do Sul do Brasil, especialmente aquele derivado do assentamento de imigrantes alemães, como se fossem uma epopéia em que se destaca a luta do colono contra as florestas. Esse tipo de narrativa, tão presente nos inúmeros livros sobre imigração e colonização, quase sempre desemboca na afirmação de superioridade étnica e laboral do elemento estrangeiro, apresentada como a verdadeira razão para o seu sucesso.

Os estudos de Waibel sobre o processo de colonização e assentamento de imigrantes europeus na região Meridional brasileira representam uma contribuição original, especialmente no que se refere aos aspectos econômicos e produtivos. Enquanto esteve ocupado com esta temática durante sua estada no Brasil, Waibel preocupou-se em analisar o que chamou de "paisagem cultural" que seria o resultado da forma de ocupação da terra e as modificações espaciais decorrentes das intervenções humanas, no caso os colonos alemães.

Deve-se registrar que os primeiros trabalhos com um recorte propriamente científico sobre a imigração teuta no sul do Brasil foram realizados pelo antropólogo alemão Emilio Willems (1941 e 1946), que havia chegado ao Brasil no final da década de 1930 e, no início dos anos quarenta, desenvolvera pesquisas em Santa Catarina sobre os processos de "assimilação e aculturação" dos alemães no Brasil². Em seu artigo de 1949, "Princípios de colonização européia no sul do Brasil", publicado pela Revista Brasileira de Geografia, Waibel reconhecia que Willems havia compreendido adequadamente "o verdadeiro caráter do sistema agrícola dos colonos, explicando seu efeito deteriorante sobre a cultura e a vida social (p. 181)".

Na esteira dos trabalhos de Waibel, pode-se citar dois outros estudiosos que analisaram o processo de formação social da estrutura agrária brasileira, focalizando-o a partir da ocupação do território e da implementação de determinados modelos de exploração da terra. Este é o caso dos estudos referenciais dos também geógrafos Pierre Mombeig (Pioneiros e fazendeiros de São Paulo, 1984), publicado na França em 1957, e de Jean Roche (A colonização alemã e o Rio Grande do Sul, 1969).

A partir desta breve localização da obra de Waibel, pretende-se indicar, a seguir, quais são as noções fundamentais que podem ser úteis para se analisar

² Muitos intelectuais de renome internacional (Claude Lévy-Strauss, Georges Gurvitch, Roger Bastide, entre outros), sobretudo franceses e, em menor número, alemães, vieram ao Brasil nas décadas de 1930 e 1940. Willems começou como professor em Santa Catarina e depois se transferiu para USP, onde se tornou regente da disciplina de Antropologia em 1942, sendo seu assistente Egon Schaden. Apenas para situar o leitor, vale registrar que, em 1933, foi criada em São Paulo a Escola Livre de Sociologia e Política e, em 1934, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, onde muitos destes intelectuais davam aulas e realizavam os primeiros trabalhos de pesquisa em ciências sociais.

sua contribuição à compreensão da agricultura de base familiar que se instalou na região Meridional brasileira a partir de processos de imigração e colonização. Neste sentido, pode-se localizar três idéias centrais na obra de Waibel que ajudam a compreender as unidades produtivas que mais recentemente passaram a ser designadas de *agricultores familiares*.

A primeira refere-se ao enfoque nos efeitos sócio-econômicos gerados pela utilização de determinado sistema de produção agrícola. A partir da análise dos sistemas produtivos praticados pelos colonos, Waibel estabelecerá o conceito de *minimale ackennahrung*. Para o autor, a análise da forma de uso da terra e o estudo dos sistemas produtivos adotados pelos colonos revelavam a importância da compreensão do modo de uso dos recursos naturais como fator explicativo da viabilização e reprodução sócio-econômica das propriedades.

Em seu artigo de 1949, "Princípios de colonização européia no Sul do Brasil", escrito após longo e extenso périplo pelas regiões de colonização alemã do sul do Brasil, Waibel parece ter-se surpreendido com o fato de os imigrantes alemães praticarem uma agricultura atrasada e rudimentar. Neste trabalho, ele identifica três sistemas agrícolas distintos praticados nas áreas coloniais das regiões que receberam o assentamento de imigrantes europeus. Estes sistemas poderiam, segundo ele, ser entendidos como estágios de desenvolvimento da agricultura colonial. O primeiro e mais primitivo estágio, baseado na técnica indígena da coivara, também chamado de sistema de corte-queimada da floresta, é reconhecido entre os agrônomos e economistas como *sistema da primitiva rotação de terras* (WAIBEL, 1949, p.182). Neste sistema, além da criação de porcos, os cultivos predominantes eram o milho, feijão, mandioca e batata. A parcela excedente da produção obtida, que não era autoconsumida ou utilizada na subsistência da família, era comercializada via troca e/ou permuta com as casas de comércio localizadas no meio rural, chamadas de "vendas". Waibel considerou que 45% das propriedades encontravam-se praticando este sistema.

O segundo estágio, que Waibel preferiu chamar de *sistema de rotação de terras melhorada*, consistia na manutenção dos mesmos elementos técnico-produtivos do anterior com a diferença que, neste estágio, ocorria o incremento da criação pecuária, que permitia o uso do esterco na adubação do solo e a introdução de equipamentos como o arado. A partir deste momento, os colonos começavam a praticar o pousio em suas propriedades, deixando certas partes da mesma sem nenhum tipo de cultivo. Contudo, em face do tamanho reduzido da propriedade, os períodos de pousio eram muitos curtos e não permitiam recuperar a fertilidade do solo desgastado pelo seu uso intensivo. Isto fez Waibel notar que, nas propriedades onde as áreas eram cultivadas entre 30 e 50 anos, os sinais de decadência eram mais visíveis. Neste estágio, também ocorrem melhorias nas estradas e nas comunicações, o que amplia a venda de produtos

destinados ao comércio. Waibel considerou que em torno de 50% dos estabelecimentos encontrava-se neste estágio.

O terceiro sistema de produção identificado por Waibel é o sistema de rotação de culturas combinada com a criação de gado. Neste sistema, a adubação do solo ganha maior destaque requerendo mais trabalho, capital e conhecimento (WAIBEL, 1949, p. 190). Para que este sistema funcione, o colono precisa ter entre 10 e 20 cabeças de gado e plantar forrageiras, além de alternar culturas de cereais com hortaliças e leguminosas. Em razão do aumento da produção agropecuária, surgem formas de beneficiamento da produção como laticínios, queijarias e abatedouros. Para desapontamento de Waibel, esta situação só podia ser encontrada em cerca de 5% das propriedades.

A partir da leitura dos aspectos econômico-produtivos que caracterizavam a paisagem das colônias alemãs, Waibel formula sua hipótese explicativa nos termos de que as razões para o insucesso e a crise da agricultura colonial do sul do Brasil estavam relacionadas à notória inadequação do sistema de produção agrícola praticado com o tamanho de área disponível pelos colonos. Esta relação inadequada, de acordo com o autor, é que impedia que cada família atingisse a *minimale ackennahrung*, descrita como a "quantidade mínima de terra necessária para proporcionar a um agricultor e a sua família um padrão de vida econômico e cultural decente" (WAIBEL, 1949, p. 195). Este mínimo vital dependia tanto das características físicas do solo como da capacidade do lavrador de aplicá-las.

Segundo Waibel, a maioria dos colonos praticava o sistema de rotação de terras em áreas médias, de 25 a 30 hectares, tamanho este considerado insuficiente para garantir a *minimale ackennahrung*. Não sem motivo, Waibel chegou a afirmar que apenas 25% dos colonos alemães do sul encontravam-se em uma situação boa, 50% podiam ser considerados moderadamente prósperos e 25% em condição de pobreza e miséria (WAIBEL, 1949, p. 194). Para garantir a satisfação da *minimale ackennahrung*, Waibel propunha que os lotes deveriam ser de 55 a 65 hectares em terra boa e de 80 a 105 em terras ruins. Na sua opinião, a não observância a estas recomendações agro-ambientais levava ao uso inadequado do solo, através da prática da rotação de terras, e à conseqüente perda de fertilidade. Nisso residia uma das principais causas que levava os colonos a buscar novas estratégias para garantir sua reprodução social, sendo a principal delas a necessidade da expansão permanente da fronteira agrícola.

Contudo, a explicação para a crise estrutural dos sistemas produtivos adotados pelos colonos não pode restringir-se aos argumentos de ordem ecológico-fisionômicos de Waibel. Os problemas de reprodução social e econômica enfrentados pelos colonos não decorrem exclusivamente destas variáveis. Por esta razão, a abordagem de Waibel pode e deve ser complementada com a análise dos mecanismos de herança e transferência da terra, que são também ele-

mentos importantes para compreensão do processo de minifundização das propriedades e sua crescente fragilização. Em estudos realizados sobre as transformações da agricultura familiar na microrregião da Encosta Inferior da Serra do Nordeste (SCHNEIDER, 1994;1999), onde foram assentados os primeiros imigrantes teutos no Rio Grande do Sul, procurei demonstrar como a prática dos sistemas agrícolas tradicionais contribuiu para o rápido esgotamento das terras, processo este que era acentuado pela vigência de formas de reprodução da propriedade e da família através da adoção de mecanismos de herança que aceleravam a fragmentação da estrutura fundiária³.

Nos termos em que Waibel utiliza o conceito de *minimale ackennahrung*, é possível identificar uma semelhança com a noção de *mínimos vitais* utilizada por Antônio Cândido, em sua magistral obra sobre os *caipiras* do interior de São Paulo. Ao estudar os caipiras do município de Bofete, CÂNDIDO (1987) procurou mostrar como um determinado grupo social depende da organização de formas de produção – entenda-se um processo produtivo – para poder solucionar suas necessidades vitais mínimas. Caso não haja uma organização social mínima capaz de garantir o equilíbrio entre as necessidades humanas e o domínio da natureza para supri-las, este agrupamento humano padecerá de fome e entrará em estado de anomia. Como já havia assinalado Goodfellow (apud CÂNDIDO, op.cit., p. 25), *o homem não precisa apenas de comida, mas de uma organização para obter comida*.

Esta maneira de interpretar o conceito de *minimale ackennahrung* de Waibel, como uma forma de trabalho e produção, está em acordo com a sua concepção teórica mais geral acerca do papel da própria geografia agrária a qual, segundo escreve nos “Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil”, deveria ocupar-se das *formas da atividade humana*, que podem ser descritas pelas formas e pelos sistemas de economia (WAIBEL, 1979, p.32-33). O objeto privilegiado desta geografia seria o estudo das paisagens agrícolas da terra. O método para tal consistiria, primeiro, na descrição completa e pormenorizada de uma paisagem mediante a observação cuidadosa do terreno; segundo, determinação de sua fisiologia (sua função econômica) e utilização de dados estatísticos para sua descrição e, por fim, análise da organização espacial e sua distribuição no ter-

³ São duas as formas de herança que existiam entre os colonos de origem alemã: a *realerbtheilung* e a *anerbenrecht*. A *realerbtheilung*, herança por partilha, é a forma de herança que estimulava a reprodução das famílias-tronco e mantinha estável a estrutura sócio-econômica do modo de vida dos colonos. Na herança com partilha, divide-se a propriedade em partes iguais para cada filho herdeiro. Na herança sem partilha, chamada *anerbenrecht*, a propriedade passa para um único herdeiro (primogenitura ou ultimogenitura conforme a escolha) excluindo-se os demais do acesso à terra. Para maiores detalhes sobre os mecanismos de herança entre colonos de origem alemã, consultar Seyferth (1985) e Woortmann (1995).

reno. Waibel fazia questão de frisar que este enfoque privilegiava o problema do local de origem na agricultura e a questão da divisão agrogeográfica da terra.

A segunda idéia fundamental de Waibel a ser resgatada para a compreensão do processo de colonização é a noção de *zona pioneira*, descrita como “uma zona, mais ou menos larga, que se intercala entre a mata virgem e a região civilizada” (1955, p.4). Em seu texto sobre “As zonas pioneiras do Brasil”, Waibel empresta-lhe a seguinte definição: “o conceito de zona pioneira significa mais do que o conceito de *frontiersman*, isto é, do indivíduo que vive numa fronteira espacial. O pioneiro procura não só expandir o povoamento espacialmente, mas também intensificá-lo e criar novos e mais elevados padrões de vida. Sim, empregamos o conceito de pioneiro, também para indicar a introdução de melhoramentos no campo da técnica e mesmo da vida espiritual! (...) apenas o agricultor pode ser denominado como tal, estando apto a constituir uma zona pioneira. Somente ele é capaz de transformar a mata virgem numa paisagem cultural e de alimentar um grande número de pessoas numa área pequena” (WAIBEL, 1955, p.391).

No sentido empregado por Waibel, a análise da expansão da fronteira não era aplicada na acepção de uma *marcha para o oeste*, tal como havia ocorrido nos Estados Unidos. No Brasil, afirma Waibel, “as zonas pioneiras não são um fenômeno primário da conquista de terras novas, mas uma consequência da mesma. Elas só se formam posteriormente e somente ali onde englobados na área já povoada ficarem para trás áreas mais ou menos extensas de matas. A sua área é por isso restrita e já pelas condições naturais não podem ser ampliadas indefinidamente” (1955, p.412). No Rio Grande do Sul, segundo Waibel, houve uma marcha para o noroeste à base da ocupação das terras indígenas dos Kaingangues, que vinham sendo espremidos para as fronteiras norte e oeste do Estado desde a chegada dos primeiros imigrantes alemães. Esta situação agravou-se, ainda mais, a partir da entrada dos imigrantes italianos, em 1875.

Em termos de análise do desenvolvimento agrário do Rio Grande do Sul, a idéia de zona pioneira serviu para que Waibel pudesse explicar por que os colonos alemães, mesmo praticando sistemas agrícolas atrasados, tiveram um papel fundamental na ocupação do território do sul do Brasil e na formação de paisagens rurais diversificadas. Por intermédio desta explicação, é possível entender o processo que Roche (1969) chamou de *enxaimagem*, referindo-se às migrações constantes dos filhos dos colonos de uma área rural para outra⁴. Deste processo resultou a ocupação fundiária da região norte do Rio Grande do Sul, do oeste de Santa Catarina e do Sudoeste do Paraná através do qual difundiu-se uma de-

⁴ A palavra *enxaimagem* deriva de *enxame* e, segundo Roche, serve como analogia para descrever a semelhança entre o processo de migração dos colonos em direção às áreas de fronteira agrícola e o deslocamento dos enxames de abelhas.

terminada forma de produzir e um modo de vida, típico daquilo que os estudiosos da sociologia rural chamaram de agricultura camponesa.

Esta noção de zona pioneira de Waibel articula-se com uma terceira idéia interessante, decorrente de sua percepção empírica daquilo que, em termos conceituais, designava de paisagem cultural. Waibel considerava que a expansão da zona pioneira, decorrente do uso inadequado da terra e da prática de sistemas produtivos atrasados, resultava no alargamento de um tipo de formação social e de um modelo de ocupação do território. Estes tipos de organização humana no espaço é que constituíram o que denominou de “povoamento rural disperso”. Neste modelo de assentamento, há uma certa regularidade na divisão espacial das propriedades, decorrente da demarcação oficial inicial dos lotes de terra. Segundo Waibel, o povoamento rural disperso, utilizado nas colônias alemãs do sul do Brasil, teria a vantagem de permitir que o agricultor vivesse na própria terra, tendo sua casa cercada pelas lavouras, pastos, pomar e etc, o que facilitaria a administração da propriedade. Contudo, este tipo de povoamento teria também a desvantagem de separar os colonos e isolá-los em suas propriedades, restringindo a intensidade dos contatos sociais e comunitários.

Os povoamentos rurais dispersos surgiram a partir da estratégia utilizada para ocupação das áreas de floresta da encosta da serra e do planalto gaúcho, partindo de São Leopoldo. Eles foram surgindo, à medida que avançava a expansão da zona pioneira. Este modelo de ocupação, segundo Waibel, guardaria semelhança com uma antiga forma de povoamento e distribuição de terras usada nas montanhas do leste da Alemanha, conhecida por *waldhufendorf*⁵. Após terem sido ocupadas as terras ao redor de São Leopoldo, onde foram assentados os primeiros imigrantes, foram abertas estreitas faixas por entre a mata na direção do sul ao norte, que ficaram conhecidas como *picadas e/ou linhas*. Ao longo das picadas e das linhas, tanto de um lado quanto de outro, eram demarcados os lotes que deveriam ser ocupados pelos colonos. Nestes trechos, em distâncias que variam de 8 a 10 quilômetros (geralmente onde estradas se cruzam), formaram-se pequenos vilarejos de beira de estrada denominados de *strassendörfer*, por Waibel (1949, p.198).

A distância entre uma picada ou linha e outra (cerca de 6,4 Km segundo cálculos de ROCHE, 1969, p.211) e as dificuldades de acesso à vila ou a outro povoado aglomerado fizeram com que os habitantes fossem unidos e solidários, tanto no trabalho quanto na assistência moral. Waibel (1949, p.198) fornece uma descrição detalhada desses povoados aglomerados como locais em que “as casas se distribuem em volta de uma Igreja e um cemitério, uma escola e uma

⁵ *wald* significa floresta, *dorf* quer dizer vila e *hufe* refere-se à uma faixa comprida e estreita de terra entregue a cada colono (WAIBEL, 1949, p.197).

ou duas lojas e bares. Há freqüentemente um moinho, um ferreiro ou um fabricante de rodas. Em outras palavras, esses núcleos aglomerados são centros culturais, sociais e comerciais, muito característico das áreas coloniais". Jean Roche (op.cit., p.211), outro grande estudioso dos processos de colonização, parece concordar com Waibel ao afirmar que os povoados aglomerados formam-se a partir da beira da picada, num pedaço de lote ou na casa de um colono, onde surge a capela, a escola, a loja e, depois, o salão de festas(...). Se a célula é a pequena propriedade isolada, e sabemos o que é isso, a unidade orgânica do povoamento é a picada⁶.

Também neste sentido, o trabalho de Waibel pode ser comparado aos esforços de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1973) e de Antônio Cândido (op.cit., p.67) que em seus trabalhos oferecem uma descrição da forma de organização do *habitat* e das formas de organização e ocupação do espaço rural dos "bairros rurais" paulistas. Desse modo, talvez seja possível afirmar que exista uma semelhança com o que no sul do Brasil denomina-se *stadtplätze*, que são os povoados aglomerados localizados nas picadas e linhas, com o bairro rural do interior de São Paulo. Ambos têm em comum o fato de serem, simultaneamente, espaços de coesão e dispersão no sentido de que a eles os colonos ou caipiras dirigem-se para comercializar sua produção, manifestar suas crenças religiosas, buscar atividades lúdicas e festivas, enfim, constituem-se em espaços da sociabilidade local. A delimitação básica deste espaço não é puramente física e geográfica mas, sobretudo, social. A regra predominante é o sentimento de localidade e de pertencimento a este ou aquele grupo. Assim, pode-se afirmar que o *habitat* rural é o espaço onde a vida do colono adquire sentido e o modo de vida assume legitimidade na esfera social.

Na sociologia rural, um dos autores que melhor interpretou o sentido social da vida local dos camponeses foi Henry Mendras (1978;1984). Mendras definiu o *habitat* rural como um espaço onde decorre o trabalho e a vida do campesinato, o *habitat designa a organização de um lugar para nele construir uma residência que seja ao mesmo tempo habitação, refúgio, oficina de trabalho e*

⁶ Outra descrição interessante deste modelo de organização social e econômica do espaço da colônia é fornecido por Constatt (1877, p.240 apud Roche, 1969) que descreveu assim a Picada de São Miguel dos Dois Irmãos: "(...) a principal via que lá serve o comércio é, no começo, um caminho vicinal muito bem conservado que pode ser utilizado mesmo pelos carros. As habitações dos colonos encravam-se ora à direita ora à esquerda, perto da estrada, a pouca distância, entre verdejantes plantações, diante dos olhos do viajante, e alinham-se durante horas como uma aldeia alemã, ou mais perto ou mais longe uma das outras(...). Lojas, que servem ora de bodegas ora de armazém, constituem pontos de parada no caminho, durante os opressivos calores(...). Na parte mais animada da Picada, as casas comprimem-se umas contra as outras, e estas, assim como a casa de Deus, imponente numa praça, mostra o começo da grande aglomeração". Descrição semelhante também pode ser encontrada em Mulhall, (1974, p.90)

limite de vida. As características do *habitat* rural e do ambiente social e econômico que perpassam a vida local formam o que Mendras (1978) chamou de sociedades de interconhecimento. A relativa homogeneidade nelas existente gera uma transparência e uma previsibilidade das ações de cada colono e de sua família perante a coletividade local. Ao mesmo tempo que a relativa autonomia familiar garante a independência em relação aos demais colonos, ela une a sociedade local por intermédio de relações de parentesco, solidariedade e reciprocidade, permitindo a existência de uma sociabilidade camponesa.

Como estudioso da agricultura familiar e do desenvolvimento agrário do Rio Grande do Sul, considero que a leitura da obra de Waibel pode aportar pistas interessantes à compreensão dos processos de transformação social, econômica, espacial e cultural das populações rurais que chegaram ao sul do Brasil através da imigração. Para estudar estes processos, inspirei-me largamente em Waibel para elaborar a noção de sistema produtivo colonial como ferramenta analítica para interpretar a ocupação fundiária pelos colonos de origem alemã e sua reprodução social, econômica e produtiva por meio da expansão da zona pioneira (SCHNEIDER, 1994 e 1999). Por sistema produtivo colonial, tenho compreendido uma determinada forma de produzir mediante a qual as famílias organizam seu processo de trabalho e de produção visando assegurar a sua subsistência e reprodução social e econômica sobre um pedaço de terra. Na prática, o sistema produtivo colonial foi se configurando a partir do processo histórico de colonização com imigrantes europeus que foram assentados em pequenas propriedades de terra. Como as condições de produção iniciais eram tecnicamente precárias os agricultores eram obrigados a estabelecer relações de trabalho com seus vizinhos, que resultava em ajuda mútua e no desenvolvimento das relações de reciprocidade. Assim, posso admitir que a noção de sistema produtivo colonial segue a idéia original de Waibel, que a utiliza para descrever uma determinada forma de produzir de homens que se localizam em certo espaço físico-geográfico que é seu território. O sistema produtivo colonial parece ter perdurado durante longo período nas regiões de colonização europeia do sul do Brasil, podendo ainda hoje ser encontrado em algumas regiões. Não obstante, a partir da década de 1950, começou a entrar em declínio em face da impossibilidade de expansão da zona pioneira, devido à ausência de terras novas a serem ocupadas.

Contudo, apresentado este seu enfoque orientado pelo viés ecológico-fisionômico, a perspectiva analítica de Waibel tem sido freqüentemente criticada, o que não é sem fundamento⁷. De fato, ao restringir a aná-

⁷ Etges (2000, p.201), por exemplo, afirma que: "Waibel desconsiderava a forma contraditória, através da qual o capitalismo vem se desenvolvendo na agricultura brasileira. Ou seja, à medida que não se valia dos conceitos da Economia Política para explicar a realidade em que viviam a ainda vivem os descendentes de imigrantes europeus no sul do Brasil, **sua análise torna-se, até certo ponto, até ingênua**" [ênfase acrescida por mim, SS].

lise do processo de colonização aos aspectos produtivos, da interação econômica dos homens com o ambiente físico-geográfico, Waibel deixa de analisar vários aspectos relevantes. Mesmo assim, isto não parece suficiente para desqualificar sua contribuição. Para cobrir estas lacunas, tenho me utilizado do conceito complementar de forma de sociabilidade, que permite abarcar os aspectos sócio-culturais daquilo que pode ser chamado então de modo de vida colonial. A idéia de forma de sociabilidade procura dar conta das relações sociais de reciprocidade e de solidariedade que caracterizam as comunidades (os povoados aglomerados, como diria Waibel) dos colonos. A forma de sociabilidade permite interpretar não apenas as relações sociais intrafamiliares, assentadas em laços de parentesco e consangüinidade, mas também aquelas propriamente sociais tais como a vizinhança e a coletividade local.

Assim, é a partir do diálogo da perspectiva ecológico-fisionômica de Waibel, com as noções sociológicas de outros autores como Mendras, Queiroz e Cândido, é que se pode construir um enfoque analítico que permita interpretar com maior riqueza o modo de vida e o sistema produtivo dos colonos.

A Contribuição de Leo Waibel para os estudos atuais das sociedades agrárias e do desenvolvimento rural no sul do Brasil

No período recente, especialmente a partir de meados da década de 1990, com a retomada dos estudos sobre a agricultura familiar e um certo desencantamento de vários estudiosos com as perspectivas analíticas hegemônicas nas décadas anteriores, as possibilidades de retomada do diálogo da contribuição de Waibel com as outras perspectivas teóricas, particularmente o marxismo, parecem se recolocar. Esta possibilidade é ainda mais concreta e está a curto alcance daqueles estudiosos que têm como tema as sociedades agrárias do sul do Brasil, formadas a partir de processos de colonização com assentamento de imigrantes vindos da Europa.

Todavia, antes de apontar o modo específico pelo qual acredito que este diálogo seja possível, gostaria de indicar que o debate recente (iniciado em meados dos anos noventa do século passado) sobre o papel da agricultura familiar no desenvolvimento agrário é, significativamente, distinto daquele que ocorreu nas décadas de 1960 e 1970. Ao contrário do ocorrido naquele período, o debate atual parece assentar-se em uma demarcação acadêmica mais consistente e clara, uma vez que não está em questão a discussão sobre o papel político, de

classe social, dos agricultores familiares (pelo menos não majoritariamente). O debate recente concentra-se mais especificamente nas características históricas desta agricultura familiar, buscando identificar suas diferenças, tanto em relação à forma "patronal" (que pode tanto ser empresarial como assentada em outras formas de contratação e dominação), como em relação à forma "camponesa" (mais especificamente as diferentes formas sociais que funcionam mediante o acesso a uma pequena propriedade de terra).

Há também um notório esforço dos pesquisadores em compreender a inserção da agricultura familiar nos contextos locais (discutindo-se o desenvolvimento local), suas relações com o Estado, as instituições e as políticas públicas (exemplarmente o PRONAF e as iniciativas relacionadas à reforma agrária). Sem esquecer, obviamente, da análise da própria diversidade da agricultura familiar e das distintas estratégias de reprodução social dessas unidades, quer seja via inserção mercantil, agroindústrias ou mercado de trabalho, através das múltiplas atividades não-agrícolas que proliferam nos espaços rurais.

Por esta razão, acredito que a retomada de algumas noções e idéias fundamentais da contribuição de Waibel poderá enriquecer as abordagens acerca do desenvolvimento agrário, particularmente aquelas perspectivas analíticas menos ortodoxas e apegadas a um certo dedutivismo econômico.

Neste sentido, dentre os temas em que vejo um possível diálogo com as idéias de Waibel indicaria, em primeiro lugar, o estudo da agricultura familiar e as possibilidades de sua reprodução social e econômica. Creio que a idéia de Waibel, de focalizar os sistemas produtivos e a relação com o mercado, revela-se atual e pertinente em face do contexto marcado pela mercantilização crescente dos processos produtivos agrícolas e das relações sociais de trabalho dos agricultores familiares. Com base na análise das práticas produtivas implementadas pelas unidades familiares, é possível analisar as distintas estratégias produtivas adotadas por eles e melhor compreender as possibilidades de sua viabilidade econômica. Torna-se importante, por exemplo, analisar a relação entre o tamanho da área de terra e o tipo de produção ali praticado, seguindo assim a hipótese de Waibel de que cada sistema produtivo ajusta-se à determinada superfície agricultável e à força de trabalho disponível. Da mesma forma, poderá ser instigante analisar como os agricultores familiares solucionam o problema crucial da perda da fertilidade do solo em face da necessidade crescente de ampliação da produtividade, uma vez que a possibilidade de expansão da zona pioneira e a busca de novas áreas a serem desmatadas deixaram de ser uma alternativa.

Outro tema de interesse social, político e acadêmico premente da realidade atual que pode ser analisado à lume da idéia de *minimale ackennahrung* refere-se à problemática dos assentamentos rurais decorrentes da reforma agrária. Neste caso, pode-se retomar a noção de Waibel de que o tamanho da área ade-

quado para viabilizar a subsistência de uma família não é uma medida universal, pois seu sucesso depende, em larga medida, do sistema de produção que for utilizado e do contexto sócio-econômico em que estiver situado. Ao invés de multiplicarem-se assentamentos nos rincões mais distantes, difundindo-se a falsa idéia de que a quantidade de pessoas e/ou famílias assentadas deva ser o critério de avaliação do sucesso do programa de reforma fundiária, seria oportuno analisar em que medida os novos proprietários conseguirão não apenas manter-se na terra, mas prosperar e garantir uma vida digna para seus descendentes. Trata-se, portanto, de refletir se a reforma agrária é uma política social compensatória ou se, ao contrário, insere-se como parte integrante de uma proposta de desenvolvimento rural mais conseqüente.

Por fim, a obra de Waibel também pode servir aos estudiosos das ciências sociais agrárias pela contribuição que aporta ao entendimento do desenvolvimento rural, pensado como um processo alargado de elevação das condições de vida da população, de ampliação da participação política e democratização das instituições, bem como de preservação dos recursos naturais. Neste sentido, parece sugestivo o conceito de paisagem cultural, que poderá constituir-se em ferramenta analítica interessante para auxiliar na reflexão acerca das interações espaciais entre o rural e o urbano, cujas fronteiras são cada vez mais difíceis de serem delimitadas. A superação desta dicotomia, de corte setorial (do tipo agrícola versus indústria) e não raramente embebida de conteúdo ideológico (no sentido de comparar o atrasado versus o moderno), poderá ser o primeiro passo para se pensar a dinâmica sócio-espacial do meio rural em sentido mais amplo que aquele relacionado aos atributos produtivos e comerciais das atividades econômicas que ali são predominantes. Uma vez superado este reducionismo economicista, abrir-se-á a possibilidade de pensar os espaços como se fossem territórios multifuncionais, onde as interações do homem com o ambiente são o ponto de confluência.

Referências Bibliográficas

- CANDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1987.
- ETGES, V. E. **Geografia agrária: a contribuição de Leo Waibel**. Santa Cruz do Sul: Ed. UNISC, 2000.
- MENDRAS, H. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MENDRAS, H. **La fin des Paysans (Suivi d'une reflexion sur la fin des paysans vingt ans après)**. Paris: Babel, 1984.
- MOMBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.
- MULHALL, M. **O Rio Grande do Sul e suas Colônias Alemãs**. Porto Alegre: Bels S.A. & Instituto Estadual do Livro, 1974.

- QUEIROZ, M.I.P. **Sociologia Rural**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- _____. **Bairros Rurais Paulistas**. São Paulo: Duas Cidades, 1973.
- _____. Do Rural e do Urbano. In: SZMRECSÁNYI, T.; QUEDA, O. (Org.) **Vida Rural e Mudança Social**. São Paulo: Ed. Nacional, 1973a.
- ROCHE, J. **A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969. II Volumes
- SCHNEIDER, S. **Os colonos da indústria calçadista: expansão industrial e as transformações da agricultura no Rio Grande do Sul**. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Campinas: PPG em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 1994.
- _____. **Agricultura familiar e Industrialização. Pluriatividade e Descentralização Industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 1999a.
- _____. **Agricultura familiar e pluriatividade**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PPG em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, 1999b.
- SEYFERTH, G. Herança e Estrutura Familiar Camponesa. **Boletim do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, n.º 52, p.1-27, 1985.
- WAIBEL, L. Princípios da Colonização Européia no Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Ano XI, n.º 2, p.159-217, 1949.
- _____. As Zonas Pioneiras do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Ano XVII, n.º 4, p. 389-417, 1955.
- _____. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1979. 2ª Edição Anotada
- WILLEMS, E. O Desenvolvimento econômico como fator de aculturação. **Revista de Imigração e Colonização**, Ano II, n.º 2/3, 1941.
- _____. **Aculturação dos Alemães no Brasil. Estudo antropológico dos imigrantes e seus descendentes no Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1946.
- WOORTMANN, E.F. **Herdeiros, Parentes e Compadres**. São Paulo/Brasília: Hucitec/Ed. UNB, 1995.